



Como amar uma planta: experiência, diversidade e relações multiespecíficas no semiárido paraibano

Gabriel Holliver¹

*Penso na troca de favores que se estabelece;
no mutualismo;
no amparo que as espécies se dão.
Nas descargas de ajudas;
no equilíbrio que ali se completa entre os rascunhos de vida dos seres minúsculos.*
Manoel de Barros

Resumo

Baseado em um engajamento etnográfico desde 2015, o presente artigo pretende oferecer uma descrição do cultivo de alguns vegetais socialmente relevantes no semiárido paraibano. Através de três dimensões interconectadas: 1) a diversidade biogeomorfológica da paisagem; 2) a diversidade de técnicas e práticas; 3) e a agrobiodiversidade propriamente cultivada, procuro delinear alguns traços constitutivos do sistema agrícola tradicional desta região que se mantém a despeito de todas as investidas de colonizar os corpos humanos e outros que humanos que ali habitam. Começo com a descrição da morfologia da paisagem através da história da monocultura de algodão na região do Seridó, atividade predominante na região durante os primeiros três quartos do século XX. Sugiro que a história da ascensão e declínio da plantation de algodão pode ser pensada como uma história de sucessivos ‘desmantelos’ que deixou marcas permanentes nas pessoas e na paisagem. Em paralelo descrevo esses agricultores que se autodenominam por ‘agricultores experimentadores’. Aqui, a noção nativa de ‘experiência’ é central para compreensão deste modo de existência e suas práticas de criação. Em seguida me concentro nos cultivos sazonais de milho e feijão, atividade esta difundida por quase a totalidade dos agricultores habitantes do semiárido, em que enfatizo a diversidade de variedades e modos de cultivos presente nestes roçados. Posteriormente, abordo a cultura do arroz-vermelho, a longa história da repressão que envolve este vegetal e toda a complexidade de seu cultivo em uma região com baixos índices pluviométricos, quando atento propriamente para as interações interespecíficas que esta planta estabelece nos campos. Por fim, disserto acerca das relações entre humanos e plantas em um sentido que procura conectar as chamadas ‘sementes da paixão’ a questões relativas ao conhecimento tradicional, parentesco e regeneração da vida em um mundo desmantelado. Ao contar essas histórias, objetivo articular a relação social entre humanos e vegetais em três níveis distintos, a saber: 1) o seu registro biográfico – no que tange a experiência individual de cada pessoa; 2) a sua importância histórica – não apenas no que concerne às dinâmicas da morfologia das paisagens locais, mas em suas articulações a nível

¹ Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN/UFRJ).

global, o que inclui suas relações com projetos transnacionais do capitalismo; 3) e por último, as plantas em suas relações como efetivamente parte constitutiva das famílias.

Palavras-chave: experiência, conhecimentos tradicionais, sistemas agrícolas, relações multiespécies, amor

Introdução

Neste artigo, por meio de algumas histórias que envolvem conexões e vínculos entre humanos e plantas no semiárido paraibano, local onde realizo pesquisa desde 2015, pretendo oferecer um relato desta rede de conhecimentos tradicionais que ainda se mantém nesta região a despeito de todas as investidas de colonizar os corpos humanos e mais que humanos que ali habitam. O caso etnográfico que apresento pode ser descrito como uma guerra de mundos que não se resume apenas a conflitos propriamente bélicos. Travada também no plano ontológico, a violência se apresenta de maneira difusa, não diretamente através do sangue jorrado no chão, mas incidindo na morte de diferentes maneiras de existir. Trata-se como afirmou Marisol de La Cadena (2018), de uma “guerra silenciosa” em nome do progresso, sobre o que pode ou não existir segundo distintas ópticas de mundo. Ou ainda nos termos de Vandana Shiva (2003), uma luta entre sistemas de saber, cujo campo de batalha se constitui em essencial nas diferentes maneiras de estabelecer relações com a terra.

Assim, meu foco volta-se sobretudo para descrição de alguns cultivos com especial importância nesta região, em que abordo a morfologia social das roças, os usos e manejo da terra, e respectivamente os efeitos práticos que determinado modo de vida e produção imprime na textura da paisagem. Com a descrição destes aspectos, trago para primeiro plano histórias de biografias entrecruzadas estabelecidas por relações de cuidado entre seres que se cultivam em mutualidade. Minhas narrativas envolvem também subversão, resistência e amor. Em suma, o que pretendo expor aqui é uma luta contínua pela manutenção de um modo de existência próprio, que não obstante toda a violência imposta pela máquina do ‘desenvolvimento’ e as forças transformadoras da história, se mantém vivo.

Minhas histórias se passam em um território ‘desmantelado’. Durante os três primeiros quartos do século passado, toda esta região do semiárido paraibano foi uma importante produtora de algodão em regime de monocultura. Este sistema de trabalho, ao mesmo tempo que era marcado por uma situação de trabalho degradante através do regime de meia, foi responsável pelo atual estado de entropia da paisagem. Hoje, a região do Seridó, onde se passa

parte significativa de minha pesquisa, se confunde com o núcleo de desertificação que leva seu nome, o Núcleo de Desertificação do Seridó. Este por sua vez, compreende a maior área de desertificação da Paraíba, cuja razão para o atual estado de baixa biodiversidade é justamente a *plantation* de algodão do passado, além do corte de lenha para cerâmica industrial e pecuária extensiva (Costa *et al.* 2009).

Assim, eu gostaria de enfatizar o fato de que embora minhas histórias tenham como mote principal a vida, elas se passam em um contexto de extinção. Trata-se em suma, de pequenas famílias que resistiram à derrocada da agricultura como modo de existência, investindo seus esforços em reatualizar aquelas práticas do passado que, em virtude da pressão exercida pela *plantation*, por um tempo mantiveram-se suspensas, ou de maneira marginal em pequenas porções de terra chamadas pela literatura do campesinato de ‘roçadinhos’ (Garcia Jr 1989; Heredia 1979). Na contramão da história hegemônica, cujo objetivo sempre foi ‘combater a seca’ e subjugar sua natureza, eles preferem coabitar esta paisagem através de diversas técnicas de ‘convivência com o semiárido’². A estas distintas práticas, que eles inventam e desenvolvem em seus respectivos sítios – como captação, armazenamento e reutilização de recursos hídricos, técnicas agrícolas, armazenagem e aproveitamento dos recursos naturais, eles costumam dar o nome de ‘experiências’.

As experiências como gênero de conhecimento

Entre os agricultores do semiárido, as ‘experiências’ se configuram como um modo privilegiado de conhecimento, de maneira que observa-se uma vasta elasticidade semântica para o referido termo. Este é o nome popular dado à meteorologia difundida por todo bioma, isto é, às previsões de períodos de seca e chuva baseadas na observação do comportamento e movimento de outros seres como animais e plantas, astros e ventos³, como pode também se referir a técnicas e práticas de caça locais⁴. Aqui, me concentro, sobretudo, nas ‘experiências’

² Tal oposição entre estes dois modos de se relacionar com o bioma tem sido operacionalizada conceitualmente através do contraste entre “combate à seca” e “convivência com o semiárido”. Essa disputa ontológica, por sua vez, tem como efeito implicações pragmáticas na textura da paisagem a partir da implementação de diferentes projetos e políticas públicas direcionadas para a região. Uma revisão minuciosa acerca do conflito pode ser encontrada em Silva (2003) e Malvezzi (2007).

³ Na literatura acerca dos povos agricultores do semiárido, diversos autores notaram este conhecimento em diferentes momentos históricos e contextos etnográficos (ver por exemplo: Cunha 1902; Queiroz 1930; Willems 1961; Woortmann e Woortmann 1997; Pennesi e Souza 2012; Taddei 2017).

⁴ Ao abordar este gênero de conhecimento, Jorge Luan Teixeira chama atenção para a indissociabilidade entre mobilidade, observação e criação narrativa através do que chama de “enlizado ecológico” (2019: 239). O termo emprestado do vocabulário nativo, aponta para uma espécie de emaranhamento, “bagunça, onde coisas estão

relativas ao roçado, era este o local que eu mais frequentava em campo, e também onde mais ouvi o emprego desta expressão, embora acredite que outras investigações no semiárido, com ênfase em outros aspectos da vida social, encontrariam também o termo em seus respectivos contextos de enunciação.

No que se refere ao léxico agrícola local, há algumas acepções possíveis para a expressão. Nesta paisagem, o sentido existencial (experiência) e prático (experimento) se confundem. ‘Experiência’ é tanto o nome pelo qual os agricultores se referem aos seus respectivos jardins cultivados, local onde está materializado seu conhecimento e suas experiências agrícolas – é bastante comum, quando um agricultor disserta sobre ou apresenta seu roçado, que ele se refira como “minha experiência” –, quanto propriamente às experimentações que eles inventam e testam em seus roçados. A proliferação destas técnicas, que vão desde gambiarras sutis a projetos de geobricolagem é tamanha que, qualquer redução a uma espécie de tipo ideal capaz de englobar toda diversidade de práticas que este conhecimento contém em uma totalidade uniforme, estaria fadada ao fracasso. Nesse universo, dizer que um agricultor é ‘experiente’ ou que ele possui ‘experiência’, significa afirmar que ele detém certos saberes, isto é, que ele é uma referência em matéria de conhecimento.

Sobre a rotina na vida rural, certa vez me disse o agricultor José Marcelino: “a vida do agricultor é experimentar”. Com efeito, as ‘experiências’ se constituem sob um saber-fazer (Woortmann e Woortmann 1997; Virgílio 2018), onde a prática associada à observação minuciosa dos movimentos da vida fornecem os subsídios necessários que fundamentam este modo de conhecimento. Como lembra Teixeira: “Experiência é algo que se tem, é algo que se faz, é algo que se dá, é algo que se pega. Ela é tanto o produto do engajamento perceptivo com o mundo e seus diversos seres e forças, como informa decisivamente esse engajamento” (2019: 242).

Pode-se afirmar, no que tange as ‘experiências’ como gênero de conhecimento, um certo caráter ambivalente. Elas tanto remetem a um conhecimento difundido, compartilhado, e, portanto, com valor heurístico, como também são sempre particulares, localizadas, e quando reproduzidas, dotadas de certo grau de variação e adaptação ao novo contexto no qual se inserem. Uma vez que são produzidas em diferentes locais, as ‘experiências’ não são necessariamente compatíveis, nem possuem a aspiração de possuir um valor universal (Taddei

misturadas, enroladas” (Virgílio 2014: 49 *apud* Teixeira 2019: 256). Assim, as ‘experiências’ se constituem através de um saber acumulado em etologia que consiste sobretudo em decodificar em meio a uma multiplicidade de ações na paisagem, o significado dos movimentos de outros seres.

2017: 8), elas parecem constituídas, sobretudo, pelo seu atributo transformacional, segundo Teixeira, “em perpétua alteração” (2019: 246), onde a estabilização é apenas provisória e de natureza precária.

Se em grande medida isso se deve a certa criatividade das pessoas, prontas para se reapropriar de um conhecimento transmitido, gerando em sua reprodução, uma diferenciação em algum grau mínimo que seja, há também o fato de que no semiárido as potências do solo variam constantemente segundo a geografia, podendo em um perímetro de menos de 500 metros haver porções arenosas, rochosas e argilosas. Esta complexa composição pedológica exige às ‘experiências’ que se adaptem a cada contexto e suas respectivas singularidades biogeomorfológicas. Variáveis como o tamanho de cada terreno, as qualidades nutricionais do solo, o relevo, clima e a quantidade de água que é possível armazenar em cada território, além das declividades e diferenças que tornam distintos os cultivos nas serras e nos tabuleiros, e exigem, portanto, que as práticas agrícolas se adéquem a cada situação microecológica⁵. Com efeito, cada composição particular convida a um novo ‘enlinhado’ (Teixeira 2019) de forças que corresponda àquela especificidade, de modo que cabe a cada agricultor, em sua própria ‘experiência’, encontrar uma composição em sintonia com as forças telúricas, capaz de tornar aquele contexto ecológico um espaço propício para a emergência da vida.

Milho e feijão: diversidade, variedade e padronagem

Como afirmei anteriormente, durante o trabalho de campo, percebi como no semiárido paraibano, os cultivos e as técnicas de plantio variam quase que de residência a residência. E assim como as potências da terra que se alteram constantemente no espaço, é possível afirmar o mesmo no que se refere ao fenômeno da chuva e aos índices de precipitação pluviométrica, de modo que a articulação com estes fluxos vindos do céu é de igual importância na composição que os agricultores estabelecem na criação de seus jardins. A intensidade das chuvas durante o período do ‘inverno’, acrescida da capacidade de armazenamento desta através das diferentes técnicas de conservação dos recursos hídricos, são também variáveis que contribuem na definição do tamanho do plantio e na escolha das espécies cultivadas.

⁵ Como lembra Irenaldo Araújo, a caatinga não é de modo algum homogênea, sendo encontrados pelo menos oito tipos de vegetações diferentes no bioma. Este fato implica em “variações, tanto na composição botânica quanto na densidade da vegetação, que podem estar relacionadas com as condições edafoclimáticas locais ou com a fase da sucessão secundária da caatinga.” (Araújo Filho *apud* Araújo 2016: 105).

Mas apesar de todas as diferenças que distinguem a singularidade das ‘experiências’ que cada agricultor elabora em seu respectivo sítio, o cultivo sazonal de milho e feijão, quase sempre consorciados com melancia, jerimum e maxixe, permanece como um traço difundido por todas as residências durante o período de chuvas. Pode-se afirmar em consonância com Beatriz Heredia que estes “são cultivos que definem com a sua presença a existência do roçado” (1970: 50). Prática esta que inclusive coloca em questão a oposição que estabelece um abismo entre o rural e o urbano. Com efeito, durante o tempo das chuvas, nas pequenas cidades do interior, é muito comum no início da noite avistar famílias nas calçadas de suas residências debulhando feijão. Nesse tempo, o trânsito entre o perímetro urbano e o sítio se intensifica, pois é significativo o número de habitantes da ‘rua’, que não deixa de ‘botar sua roça’ todo ano.

Tal movimento não obedece a necessidades econômicas, mas poderia ser descrito como uma espécie de manifestação plena da existência, além de exprimir certa preocupação com a segurança alimentar, dado que, quando comprados, não se sabe como foi plantado, se foi utilizado veneno e com qual intensidade o fizeram. Neto relatou-me em 2018 uma curiosa discussão em um bar na cidade que exemplifica este ponto. O rápido diálogo aconteceu mais ou menos deste modo: um primeiro cidadão afirmou: “Esse ano eu não vou plantar, o feijão está muito barato, já está custando três reais no mercado.” Seu interlocutor respondeu imediatamente, expressando certa falta de paciência, sem sequer oferecer direito a réplica: “Eu quero que o feijão chegue a cinquenta centavos este ano! Ano passado eu comi tanta porqueira que esse ano estou plantando para não precisar comprar”⁶.

Nesses cultivares observamos uma diversidade significativa, apenas durante meu campo de 2018 junto a um pequeno grupo de agricultores, registrei o número de vinte e uma variedades de feijão macassar⁷ e quinze de milho⁸, sendo provável que existam mais variedades do que consegui catalogar, dado o reduzido tamanho de minha amostragem.⁹ Ademais, considerando o

⁶ Ocorre com o feijão, assim como a outros alimentos como ovos, galinhas e carne, uma flutuação em relação ao valor econômico de acordo com as variações climáticas do ciclo sazonal. Se o ‘inverno’ for bom, a tendência é que neste período o preço do feijão (assim como o valor dos ovos e das galinhas) caia significativamente, enquanto que nos últimos meses do verão, é de praxe que o preço do mesmo alimento alcance seu ápice. O gado entretanto acompanha o movimento inverso. No período de chuvas, com pasto abundante, o valor das reses aumenta, e na medida que o ‘verão’ avança, diminuindo os campos de pastagem, o preço do animal regride.

⁷ ‘Curujinha’, ‘galanção’, ‘manteiga’, ‘chifre de carneiro’, ‘costela de vaca’, ‘pingo d’água’, ‘sempre verde’, ‘das moça’, ‘pitiúba’, ‘branco’, ‘cancão’, ‘rabo de rato’, ‘rabo de tatu’, ‘ovo de guiné’, ‘xoxa bunda’, ‘canapú’, ‘jureminha’, ‘riograndense’, ‘quebra cadeira’, ‘caicó’ e ‘bala’.

⁸ ‘Jabatão’, ‘roxo’, ‘trigo’, ‘pontinha’, ‘alho’, ‘aracaju’, ‘catingueira’, ‘branco’, ‘pingoró’, ‘híbrido’, ‘vermelho’, ‘maçã’, ‘peba’, ‘anão’ e ‘cunha’.

⁹ No que tange a nomenclatura de tais variedades, é mister considerar o fato de que não raras vezes, para mencionar determinado milho ou feijão utiliza-se um binômio composto pelo nome popular do vegetal (em muitos casos, uma alusão as próprias características morfológicas da semente), acrescido do nome do agricultor que o cultiva.

grau de violência que a *plantation* imprimia por meio de seu poder, é possível supor que no passado tenham existido ainda mais variedades que no presente.

Em outra pesquisa realizada pela AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), cujo objetivo era mapear estratégias de conservação de sementes tradicionais em seis comunidades do agreste, foram identificadas: “67 variedades de feijão de três espécies sendo, 28 variedades de feijão de arranque (*Phaseolus unguiculata*), 22 de feijão macassar (*Vigna unguiculata*) e 17 de fava (*Phaseolous lunatus*)” (Almeida e Cordeiro 2002: 46-47). Durante meu trabalho de campo, eu pouco ou nenhum contato tive com estas outras duas espécies de feijão, exceto através de relatos em que elas apareciam como memória de tempos antigos, o que, por sua vez, se configura como forte indício de erosão genética. Acerca da redução de diversidade dos cultivares, é oportuno introduzir a reflexão de Heleno Bento, em que o agricultor elenca as principais razões que tiveram como consequência a perda de algumas variedades:

A respeito da diversidade de feijão que nós tínhamos no passado, existiram dois fatores que contribuíram muito para que nós perdêssemos essas variedades. Foram os períodos de estiagens muito prolongados e também o comércio e o poder econômico. Este último, fez com que as pessoas façam essa seleção de feijão para que fique um feijão padronizado, para que fique de somente um tipo. Muito embora enquanto tivesse mais variedade de feijão, mas ele era saboroso para o consumo.

Heleno menciona ainda uma variedade de feijão macassar em especial mais afetada pelas imposições do mercado nos sistemas agrícolas locais:

Este [‘roxo’] foi o mais extinto por causa do comércio, porque não deixava uma cor muito bonita no feijão nem dava tanto, porém ele é mais resistente ao manhoso (*Chalcodermus bimaculatus*).

Essas variedades de milho e feijão mencionadas podem pertencer ainda a duas ‘qualidades’ diferentes relativas ao tempo e à intensidade da safra, a saber: ‘ligeiro’ ou ‘tardão’. A primeira, com floração prevista para sessenta dias e com ciclo vegetativo curto, na maior parte das vezes, é semeada logo após a primeira ‘invernada’ para garantir a colheita imediata. Já as sementes de ‘qualidade tardão’, costumam começar a ‘safrejar’ apenas com cerca de noventa dias, mas, como dizem os agricultores, ‘dão com mais força’, oferecendo a colheita por

Este fato sugere que o feijão ‘sempre-verde’ cultivado por determinado agricultor, é diferente da mesma variedade cultivada por outro agricultor, de modo que havendo uma variedade x, há modulações internas a própria variedade na medida em que ao longo do tempo, há uma espécie de coevolução entre a variedade e o agricultor que a cultiva.

um período mais extenso. Este feijão permanece ‘botando’ enquanto há umidade no solo, e inclusive ouvi que no passado, quando o ‘inverno era melhor do que é hoje’, por vezes, ele podia até mesmo atravessar um ciclo anual inteiro gerando vagens.

Faz-se necessário também mencionar a diversidade de modos através dos quais estes plantios podem ser realizados, sendo possível tanto seu cultivo ‘solto’, com roças distintas, uma para o milho e outra para o feijão, quanto ‘consorciado’. Este último, permite que as ramas de feijão trepem e se enlacem junto aos pés de milho, e pode ser realizado por meio de diferentes combinações, seja alternando as espécies em ‘carreiras’ lado a lado ou misturando-as nas próprias covas. Nesses jardins, coexistem ainda outros cultivares igualmente importantes na alimentação local, como maxixe, melancia e jerimum, este último também com duas variedades distintas, a saber: ‘caboclo’ e ‘de leite’¹⁰.

A quantidade e a extensão das roças dependem, sobretudo, da ecologia do terreno que o agricultor tem à disposição, pois estas espécies preferem solos arenosos. O mais comum é o plantio de ao menos dois roçados distintos, o primeiro com sementes de qualidade ‘ligeira’, e um segundo realizado com qualidades ‘tardão’. Esta diversidade de locais de plantio favorece a criação de ‘experiências’, é útil no que se refere à defesa de organismos patógenos, além de favorecer na manutenção da agrobiodiversidade. Dada a característica reprodutiva do milho, uma vez que sua fecundação ocorre apenas através de polinização cruzada, são raros os casos em que há mais de uma variedade na roça, pois a mistura de maneira inevitável acarretaria em uma hibridização das variedades. Caso a safra de feijão seja bem-sucedida, esta garante a alimentação familiar por todo o ano, enquanto o milho possui, sobretudo, finalidade ritual, nos quais se reúnem a parentela para o feitiço e consumo de pamonha e canjica. É pouco comum na atualidade a transformação deste cereal em farinha, sendo esta última quase sempre adquirida já manufaturada, embora ele também possa ser armazenado para dar de comer às galinhas durante o ciclo anual.

Arroz-vermelho: história, repressão e emaranhamentos multiespecíficos

O cultivo do ‘arroz-vermelho’ ou ‘arroz-da-terra’ (*Oryza sativa L.*), é também outra atividade que merece atenção, embora na Paraíba ela hoje se mantenha como um elemento

¹⁰ Dentre as variedades de jerimum, os agricultores identificam diversas ‘padronagens’. Isto é, diferenças internas as próprias variedades que dizem respeito ao tamanho, aparência e sabor dos frutos. De modo que, o ‘jerimum de leite’ pode ser ‘comprido’, ‘redondo’, ‘de pescoço’, ‘esverdeado’ ou ‘angico’, enquanto o ‘jerimum caboclo’ e ‘jandaia’ ou ‘marimba’. Aqui, mais uma vez, assim como no milho e no feijão, “por meio da nomeação, percebemos a diversidade da vida.” (Tsing 2019:45).

importante na agricultura apenas no Vale do Piancó, onde o cultivo deste grão permanece como um traço cultural, uma vez que quase todas as unidades agrícolas partilham dentre suas atividades agrícolas além da criação de gado, e do cultivo sazonal de milho e de feijão, o cultivo do arroz-vermelho¹¹. Ao mesmo tempo que se identifica uma carência de estudos aprofundados sobre este arroz (Pereira e Morais 2014: 12), sua vulnerabilidade e risco de extinção são destacados em razão do atual movimento de êxodo rural e o decréscimo de regiões produtoras e áreas de cultivo deste grão (Fonseca *et al* 2006: 1).

Este foi o primeiro arroz cultivado em terras brasileiras. Introduzido no início do século XVI inicialmente na Bahia e logo em seguida no Maranhão, seu cultivo prosperou no nordeste de modo que esta região se tornou a principal produtora do grão durante o império português, e até 1755 ele era o único arroz consumido no país. Nessa data ocorre a introdução do arroz-branco no Maranhão através de seu administrador, capitão José Vieira da Silva. Conhecido no primeiro momento como ‘arroz-da-carolina’, seu cultivo já vinha sendo realizado na Carolina do Norte com fins de exportação para o continente europeu. Ambos, o arroz-vermelho e o arroz-branco, pertencem a mesma espécie (*Oryza sativa*, L), ocorre que o segundo se origina de uma pequena mutação no gene Rc, responsável pela coloração vermelha no arroz, característica que confere tanto uma espécie de mecanismo de defesa ao próprio vegetal na medida em que repele organismos patógenos, quanto oferece aos humanos em sua alimentação propriedades antioxidantes (ausentes por sua vez no arroz-branco).

Os primeiros experimentos com o arroz-branco demonstraram uma excelente adaptação à ecologia do Maranhão que pôde ser constatada por uma produtividade superior ao arroz-vermelho. Neste momento, a Carolina do Norte exportava arroz para a Europa, de modo que era do interesse da Coroa portuguesa priorizar sua produção voltada para o mercado externo aproveitando-se das flutuações do mercado em virtude de seu valor social. Ao mesmo tempo que se atribuía ao arroz-vermelho um estigma ‘primitivo’, argumentava-se que sua coloração poderia ocultar eventuais impurezas, enquanto o arroz-branco se apresentava como um alimento refinado, e portanto, mais adequado em termos sanitários (Pereira e Morais, 2014:22).

Contudo, estes incentivos não foram suficientes para que os agricultores convertessem de maneira voluntária o arroz cultivado em suas terras. Com certa resistência, seria necessária uma medida autoritária que viesse impedir a continuidade do plantio do arroz-vermelho, uma

¹¹ Atualmente além do Vale do Piancó na Paraíba, apenas o Vale do Apodí no Seridó potiguar mantém expressividade nesta cultura agrícola, podendo o cultivo do arroz-vermelho ser encontrado também como parte do sistema agrícola de alguns coletivos quilombolas dispersos em outras regiões do Brasil.

vez que ele continuava a crescer nos campos por razões outras que o interesse econômico e de produtividade. Assim, em 1772, seu fim é oficialmente decretado pela Coroa Portuguesa, através da publicação de um decreto que visava proibir cultivo de qualquer outro tipo de arroz que não fosse o branco. O documento instituía ainda penas severas para quem insistisse em descumprir a ordem, e eu cito: “um ano de cadeia e cem mil-réis de multa para os homens livres e, para os escravos, “dois anos de calceta com surras interpoladas nesse espaço de tempo”. Por “calceta”, entenda uma argola de ferro presa ao tornozelo” (Notícias do Campo 2014).

A proibição durou cento e vinte anos, e o resultado esperado com o longo tempo de repressão é que o arroz-vermelho fosse extinto por completo. De fato, isto ocorreu em vários locais, como no próprio Maranhão que se tornara um importante produtor de arroz-branco. Mas o arroz-vermelho já havia migrado para o semiárido nordestino, e nessas terras insuladas, longe do controle exercido pelo poder centralizador, ele ganhou contornos de cultura de subsistência – poderíamos dizer, também, de resistência –, adaptou-se, desenvolveu uma relação simbiótica com este ambiente, seus habitantes, e se mantém vivo até o presente, a despeito das pressões políticas e econômicas que continuamente visaram eliminá-lo.

Durante minha viagem a campo em 2018, tive a oportunidade de acompanhar a colheita do grão na cidade de Santana dos Garrotes junto à família de Dóia. Os agricultores cultivam em suas roças duas variedades de arroz-vermelho, a saber: ‘cáqui’ e ‘maranhão’ (o último, uma referência explícita a origem deste arroz). Cultivado e preservado ao longo de séculos por gerações de agricultores, este arroz é conhecido por sua característica de ‘arroz sequeiro’, que em consonância com sua relação histórica de coevolução com este ambiente ao longo do tempo, o torna adaptado às condições climáticas de baixa pluviosidade do semiárido brasileiro. Se no caso do milho e do feijão enfatizei a diversidade de variedades destas espécies, agora com o arroz, pretendo realçar como externalidade positiva, a quantidade de vida que esta planta atrai para seu seio.

O plantio do arroz ocorre sempre sob condições edafohidrológicas muito peculiares, onde é arquitetada uma espécie de geobricolagem para recebê-lo. Os campos costumam se localizar em uma várzea para onde correm as águas da chuva, e o tamanho varia conforme as condições geográficas que o território permite: há roças com menos de 2000 m², enquanto outras podem chegar a medir aproximadamente um hectare. No perímetro onde será realizado seu plantio, são erguidas paredes de terra com altura de aproximadamente um metro, cujo objetivo é reter a água durante o período de crescimento do arroz; e dependendo de sua extensão, paredes podem ser elevadas no meio do roçado para dividi-lo.

De caráter sazonal, assim como o milho e o feijão, sua semeadura é feita logo que caem as primeiras chuvas, sendo necessário realizar, posteriormente, duas limpas no roçado para eliminar as espécies ordinárias que brotam espontaneamente. Não é comum a ocorrência de pragas nesta cultura, de modo que sua homeostase se mantém graças a um sistema autorregulado pelos organismos que ali habitam. O uso de defensivos químicos é bastante raro, só sendo realizado por poucos agricultores geralmente mais abastados reconhecidos por seus pares como ‘preguiçosos’, pois sua única finalidade é coibir a emergência de ervas daninhas.

O ideal é que o arroz permaneça durante seu crescimento em terreno alagado, mas que, ao longo do tempo o volume de água baixe até que no momento da colheita, a terra já esteja completamente seca. Quanto mais água neste momento, pior; pois dificulta significativamente as condições da colheita de arroz. O fato dos campos de plantio se localizarem em baixios, se dá em razão da captura da água, que guiadas pela força da gravidade, ao cair das chuvas, naturalmente correm em direção a estes locais. Com efeito, quem determina o local e o momento da semeadura é o movimento das águas, tanto no céu, quanto na terra. Quanto à colheita, esta obedece à maturação do grão, que depende de vários fatores, entre eles, a qualidade nutricional do solo, o volume de precipitação naquela localidade (uma vez que em poucos quilômetros o índice de chuvas pode variar significativamente) e claro, o cuidado que o agricultor tem com seu roçado. Aqui o meio por excelência é o mutirão, e, na maior parte das ocasiões, cerca de uma dezena de pessoas está envolvida em uma ‘bata de arroz’.

Neste momento, infelizmente não me estenderei sobre este fenômeno sociotécnico que mereceria uma reflexão própria. Meu interesse reside sobretudo em trazer à superfície a diversidade de vida que o arroz atrai para si. O roçado de arroz é um emaranhado interespecífico dotado de uma microecologia própria. Aves, peixes, répteis, pequenos mamíferos e insetos compartilham uma paisagem feita e desfeita segundo os regimes de sazonalidade da chuva, que leva as águas a se acumularem nos campos de plantio durante o ‘inverno’. Sapos, baratas d’água, sanguessugas e até peixes como a traíra vivem no alagado; no céu se avistam muitos insetos, predominantemente libélulas; enquanto garças sobrevoam e caminham à procura de algum alimento. Já os pardais, além de roubarem alguns grãos dos humanos, consideram os pés de arroz um local propício para tecerem seus ninhos e colocarem ovos. Quando seco, é ainda possível observar lagartos e pequenos ratos além de diversas espécies de cobras. Houve uma roça em particular em que, em um só dia de colheita, foram encontradas três espécies diferentes, uma corre-campo, uma cobra-coral falsa e uma jararaca, não sendo raros, os relatos de encontros com jiboias.

O arroz contém ainda múltiplos usos para além de sua finalidade principal, de garantir alimento e fonte de renda para estas famílias. Como eu ouvi dizer, “ele serve para tudo”. Quando descascado, suas partes que não alimentam os humanos dão de comer aos animais de criação. Porcos e pintos comem o xerém e a casca, enquanto que a palha remanescente que permanece no campo após a colheita é oferecida ao gado. Estes, ao pastarem na roça durante o ‘verão’, depositam estrume no solo, terminando por adubá-lo para o próximo plantio.

Uma vez semeado, o arroz atrai para seu seio uma ‘assembleia’ de organismos que agem em ‘coordenação’¹². Esse movimento obedece a dinâmicas centrípetas e centrífugas localizadas no tempo. Se a chuva do inverno que se acumula nos roçados convida à vida como um todo a se aproximar, durante o verão, esta última se esconde, hiberna, seja se embrenhando mata adentro ou abrigando-se debaixo da lama, no aguardo do retorno das forças provindas dos céus para de novo pulsar com todo vigor.

Toda esta diversidade animal acima mencionada poderia fazer supor que existe algum aspecto de repulsa ou constante temor entre os trabalhadores no campo em relação a certos encontros indesejáveis, uma vez que consideramos a maior parte desses bichos como ‘animais peçonhentos’. É certo que esses seres não são bem quistos no espaço doméstico, mas, como dizem meus amigos, “a bata de arroz é uma luta”, de modo que o princípio de precaução de prestar atenção à vida se coloca como procedimento imprescindível. É preciso conviver e aprender a coabitar o espaço da roça com essa diversidade de seres, pois, se por um lado esses encontros nem sempre são desejáveis e podem em alguns casos oferecer perigo, sua ocorrência indica que a vida ainda pulsa. Mesmo que não se tenha um conhecimento preciso dos efeitos de sua presença na paisagem, sua falta é temida em virtude do desequilíbrio que a ausência desses animais pode gerar, pois um importante entendimento compartilhado que vigora entre meus amigos é de que “tudo que é da natureza serve para alguma coisa”.

¹² Os conceitos são de Anna Tsing (o segundo formulado pela autora na companhia de Elaine Gan – ver: Gan e Tsing 2018), eu os evoco porque pretendo chamar atenção para o fato de que estamos diante de um evento que envolve múltiplas ações e trajetórias que agem de maneira independente, em temporalidades distintas, e ainda que não haja necessariamente comunicação direta entre as partes, elas se articulam em uma sintonização particular, gerando em companhia aquilo que denominamos como paisagem. Tais coordenações não necessariamente são duradouras, mas podem ser, pois na multiplicidade de movimentos a estrutura está permanentemente aberta a transformações.

Sementes da paixão: conhecimento tradicional, família e alianças interespecíficas

Apesar de toda violência sofrida no encontro colonial, a ancestralidade das práticas agrícolas no cultivo destes vegetais sazonais mencionados sugere a existência daquilo que Willian Balée denominou por ‘indigeneidade das paisagens’, segundo o autor:

Indigeneidade é o estado ou qualidade de ser indígena. No meu uso do termo, se refere às maneiras tradicionais de conhecimento do mundo próprias de tradições culturais de pequena escala cujos sujeitos têm sido historicamente os alvos do colonialismo europeu e neo-europeu e, mais recentemente da globalização econômica (2008: 10).

Como me afirmou Zé Nildo, irmão de Dóia, evocando a procedência de suas práticas agrícolas de cultivo e conservação de coleções botânicas:

Isso aí já tem uma faixa de uns trezentos anos que cultivamos. Vem dos meus antecedentes, bisavô, tataravô, avô, meu pai, vem de geração em geração.

Conhecidas popularmente como ‘sementes da paixão’, essas variedades de sementes constituem um valioso recurso agrobiológico. Conservadas tradicionalmente e continuamente replantadas no tempo do inverno, são adaptadas à ecologia local porque mantêm um vínculo histórico com o ambiente¹³. Tal diversidade parece se configurar como uma estratégia local de segurança alimentar (Emperaire 2011: 136). Ao contrário da monocultura, a diversidade favorece a resistência às pragas e diminui os riscos de colapso agrícola, dado que determinadas variedades são mais resilientes enquanto outras se caracterizam por uma produtividade superior. Caso algum infortúnio venha assolar as plantações, a diversidade genética garante que a safra não se perca por completo.

Essa dedicação à coleção se estende a todo gênero botânico, inclusive algumas das espécies cultivadas não possuem nenhuma outra finalidade além de gerarem ‘boniteza’. Cada agricultor conserva em sua residência um banco de sementes próprio, no qual armazena as

¹³ Acerca desta prática de armazenamento de sementes para plantios futuros, afirma Heredia: “Em geral, os pequenos produtores preferem utilizar as sementes provenientes da própria colheita, não apenas pela economia que isso implica, mas porque desta forma têm certeza de haver realizado uma seleção cuidadosa das melhores. A semente comprada sempre oferece dúvidas sobre a sua qualidade e sobre a forma como foi selecionada e, por consequência, sobre o rendimento a ser obtido” (1979: 58).

espécies por ele cultivadas. Talvez o caso mais exemplar desse tipo de cuidado seja Judivan, agricultor que, em seu pequeno sítio de menos de um hectare, guarda oitenta e cinco garrafas com diferentes sementes, anualmente renovadas para que não percam seu teor germinativo.

Um encontro com outro agricultor é também sempre uma oportunidade para levar para casa algumas plantas. Quando acompanhava meus amigos visitando outros agricultores, sempre os observava atentos a algum vegetal que pudesse lhes interessar. Quando os indagava acerca das plantas por eles cultivadas, terminava escutando propriamente a história destas. Uma planta está sempre uma continuidade com outra coisa estabelecida por uma relação. Como ela veio parar ali? Quem lhe presenteou? Ou, onde foi coletada? Acerca das agricultoras Wajãpi, nos diz Joana Cabral de Oliveira (2016: 119): “toda mulher lembra com precisão quem lhe deu a variedade e qual sua procedência”, afirmação que igualmente se aplica para as pessoas com quem convivi. Além disso, o compartilhamento de plantas estabelece como efeito prático uma rede de segurança genética, pois, caso uma semente cultivada se perca, uma vez que ela tenha sido repassada no passado, é possível recuperá-la junto à pessoa que recebeu¹⁴.

Os vegetais não apenas são bons para comer, mas também para pensar. Com efeito, nos termos ênicos, pode-se afirmar que o parentesco se pensa através das plantas¹⁵. A primeira vez que me deparei com este fato foi quando, junto a Heleno Bento, esboçava diagramas de parentesco de sua família. Logo que começamos a desenhar os primeiros traços, uma primeira dificuldade surgiu: registrar no papel toda a extensão de filhos que se seguiam como um padrão entre os diferentes núcleos familiares.

Não demorou para que Heleno compreendesse minha dificuldade e justificasse a razão daquele estado: “Sabe o que é meu filho? É que aqui o povo tem filho igual rama”. Enquanto Heleno comparava sua árvore genealógica com a geração de feijões, paralelamente eu percebia que meu problema em transformar o parentesco em uma espécie de mapa era, guardadas as devidas proporções, análogo àquele que muitos agricultores enfrentam no roçado quando plantam as carreiras de feijão muito próximas. Assim como as ramas de feijões, as relações de parentesco se entrelaçavam ‘trancando tudo’. Para seu genro Manoel, que participou também

¹⁴ Como lembra Manuela Carneiro da Cunha (2017: 264), não seria justo reduzir esses traços, às necessidades objetivas de conservação de um reservatório de variedade genética ou para produção de mecanismos de resistência a pragas, embora as experimentações e atividades de troca de sementes levem a esses efeitos práticos.

¹⁵ A afirmação pode no primeiro momento parecer redundante, pois nosso próprio senso comum também mobiliza analogias vegetais para pensar o parentesco, como na corrente expressão ‘árvore genealógica’. Contudo, como pretendo demonstrar, neste caso, a conexão estabelecida com os vegetais é de outra natureza.

desse processo, enumerar os irmãos de sua mãe “era igual contar milho”, se referindo aos incalculáveis caroços presentes em uma espiga.

Eu gostaria de mencionar ainda outro ponto que vem corroborar meu argumento, volto-me às chamadas ‘sementes da paixão’. A razão da escolha desta nomeação para as sementes preservadas através de gerações pelos agricultores, parece sugerir que assim como o parentesco se pensa através das plantas, as plantas também se pensam através do parentesco. Tive a oportunidade, em um evento organizado pela Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Patos, de conhecer Seu Dôdô, o agricultor que deu este nome às variedades crioulas locais. A respeito dessa onomástica ele me explicou:

Fomos a um encontro em Campina Grande, de um projeto de Bancos de Sementes, onde foram dados vários nomes, cada um tinha uma proposta. Eu falei assim: A Semente da Paixão! Aí me perguntaram: Por quê? Eu disse: Semente da Paixão, porque é uma paixão que a gente tem por uma semente que veio de nosso pai, dos nossos avós. A gente sabe o que está colhendo! [...] Quando você tem paixão por uma coisa, você não guarda? Quando você casa com uma moça não é porque tem paixão? É uma coisa que você tem para toda a vida!

Como já foi sublinhado por Ana Claudia Marques acerca do problema da família no semiárido, “relações que em princípio (ou segundo nossa classificação) se situariam fora do escopo do parentesco são por assim dizer “familiarizadas” (Comerford 2003), enquanto a abrangência de família se redefine incessantemente em função de outros campos de relações que a excedem (Villela 2009)” (Marques 2014: 120).

Se constantemente os agricultores remetem a origem de seus cultivares às relações de descendência, pode-se afirmar que este é um “universo não restrito a consanguinidade” (Marques 2014: 124), de modo que como já mencionado acima, as coleções são constantemente atualizadas por meio de amplas redes de troca que envolvem afins, relações de vizinhança, intercomunitárias, apoios institucionais. Ressalto mais uma vez a importância da noção de “experiência”, na medida em que esta informa e confere sentido a prática de constantes experimentações técnicas e vegetais nas roças.

Aqui, não pretendo sugerir que os laços de consanguinidade humanos são coestensíveis aos vegetais, como se estes pertencessem à família tal como humanos, também não creio que

meus amigos possam atribuir qualidade de ‘pessoa’ à uma semente ou vegetal. Este me parece um caso mais próximo do que Donna Haraway chamou de “Making Kin”, o que significa não apenas fazer parente, mas relações gentis, de companhia, cuidado e alianças interespecíficas. Como a própria autora afirma: “Aqui, é um parentesco-diferente-não-natal e sem-categoria! [...] [um trabalho de] criar vidas generosas e que floresçam” (2016: 145).

Me parece que essa espécie de vínculo pode ser pensada nos termos de biografias entrecruzadas (Tsing 2019: 82), na qual se estabelecem historicamente relações de cuidado entre seres que se cultivam em mutualidade. Nos termos de Haraway, trata-se da criação de refúgios em “uma parcial e robusta recuperação e recomposição biológica-cultural-política-tecnológica” (Haraway 2014:141). Se a existência dessas espécies e variedades vegetais dependem do contínuo plantio sazonal ao longo do tempo, são elas mesmas a base, a estrutura da vida¹⁶ e o alimento fundamental que enche o estômago dessas pessoas. Uma relação de amor, companhia, uma ‘coisa para toda a vida’, transmitida através de gerações de humanos e sementes.

Considerações finais

Neste artigo, tentei demonstrar como essas pessoas estabelecem com determinadas plantas, através de gerações, relações simbióticas de co-criação. Essa socialidade, paralela ao fato que termina por gerar diversidade de culturas (no sentido social e biológico), não pode ser reduzida a uma relação diádica entre humanos e plantas. Nesses ambientes, o que existe é uma interação contínua entre diversos actantes orgânicos e abióticos em um complexo ‘enlilhado multiespecífico’. Deste modo, não é possível determinar um agente privilegiado, ninguém está no comando (Tsing 2019: 128), os atores agem em coordenação e interdependência.

A existência deste caráter compósito que procurei evidenciar, onde se conectam paisagem, técnica e agrobiodiversidade, só se mantém graças a uma estreita sintonia que alguns humanos estabelecem com os fluxos da vida nesse pedaço do mundo. “A natureza nos dá o caminho que devemos seguir”, como gosta de afirmar Heleno Bento, ou como ouvi de Inácio Garcia: “A gente trabalha de acordo com a natureza”. Ao contrário do modelo hilemórfico no qual o agente impõe forma sob uma matéria supostamente inerte, para prosperar, é necessário

¹⁶ “The potato and the cow are the objects of a demanding and solicitous routine that caters to their wellbeing and safety” (Scott 2017:88). Com efeito, a rotina do agricultor e sua liberdade é sempre condicionada pelas vontades e exigências que os outros seres demandam aos humanos, fato que se aplica tanto aos vegetais cultivados como aos animais de criação.

que se articule com as forças presentes, estabelecendo alianças com as potências da Terra. Se as ‘experiências’ se constituem pelo atributo transformacional no espaço, este fato inflete a própria característica da caatinga, que para além de sua diferenciação ecológica interna, é constituída ela própria por uma experiência de transformação ao longo do tempo através de sua sazonalidade climática.

Em paralelo, pretendi realçar com esta espécie de antropologia vegetal, a articulação social das plantas em três níveis distintos, isto é: 1) o seu registro biográfico – no que tange a experiência individual de cada pessoa; 2) a sua importância histórica – não apenas no que concerne às dinâmicas da morfologia das paisagens locais, mas em suas articulações a nível global, o que inclui suas relações com projetos transnacionais do capitalismo; 3) e por último, as plantas como efetivamente parte constitutiva das famílias.

Ao tratar do parentesco, apresentei as plantas segundo dois pontos de vista. Se em alguns momentos elas são mobilizadas como analogias, isto é, metáforas para pensar as relações sociais parentais entre humanos, em outras, elas são efetivamente contíguas, metonímicas às pessoas e às famílias. Assim, ao mesmo tempo que poderíamos esboçar um diagrama com duas séries distintas, onde humanos e plantas se conectam em linhas horizontais no plano sincrônico, em outros, há apenas uma única série diacrônica, na qual estão humanos e plantas em uma relação de constituição mútua. As plantas tanto servem para pensar o parentesco, como também são elas parte constitutiva das famílias. Neste sentido, não há uma contradição, o que observamos é uma única estrutura, composta por uma vinculação dupla.

Sugiro que este tipo de relação interespecífica entre vegetais e humanos estabelecido ao longo do tempo pode ser pensado como uma espécie de conexão apaixonada (Tsing 2019: 60). A afirmação de Michael Soulé, “People save what they love,” (2011: 2) força motriz do trabalho de Deborah Bird Rose junto a aborígenes australianos e seus parentes dingos, nos permite uma conexão parcial com as ‘sementes da paixão’. Com efeito, meu argumento buscou evidenciar um movimento de “captura recíproca”, isto é, “um processo de encontro e transformação, não de absorção, em que diferentes maneiras de ser e de fazer encontram coisas interessantes para fazerem juntos”¹⁷ (Rose 2017: G51). Aqui, ao contrário de buscar definir ou caracterizar este afeto singular por vegetais, busquei efetivamente descrever e explorar os efeitos

¹⁷ Creio que esta ideia se aproxima do que Joana Cabral de Oliveira chamou de “sedução das mandiocas”, no sentido de que nesta relação há uma espécie de agência presente nos vegetais que induzir e suscita determinadas ações e atitudes humanas. “O fazer desejar-se [e ser amado] promove uma inversão das posições sujeito-objeto e já não se tem mais certeza de quem age sobre quem.” (Oliveira 2019: 83).

práticos/materiais desta etologia. Esse amor cultivado e nutrido, inverno após inverno, ao longo de sucessivas gerações de plantas e humanos, desafia a oposição entre rural e urbano, a lógica econômica do mercado, o imperativo da produtividade, e por vezes inclusive, torna a prática da agricultura um ato subversivo.

Referências

- ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Angela. 2002. *Sementes da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais do semi-árido*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- ARAÚJO, Irenaldo Pereira de. 2016. *Tecnologias sociais e práticas educativas contextualizadas para a convivência com o semiárido: partilhando saberes e construindo novos olhares em territórios camponeses*. Tese de Doutorado, UFPB.
- BALÉE, William. 2008. “Sobre a indigeneidade das paisagens.” *Revista de Arqueologia*, [S.l.], 21(2).
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2017 “Traditional people, collectors of diversity. In: BRIGHTMAN, Mark; LEWIS, Jerome (ed.)” In: *The anthropology of sustainability: beyond development and progress*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 257-272.
- COSTA, T. C. et al. 2009. “Análise da degradação da caatinga no núcleo de desertificação do Seridó (RN/PB).” *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, PB, v. 13, Suplemento, p. 961-974.
- CUNHA, Euclides da. 1905 [2001]. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Edição e prefácio, cronologia, notas e índice Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê editorial, Imprensa Oficial do Estado. Arquivo do Estado.
- DE LA CADENA, Marisol. 2018. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 95-117.
- FONSECA, J. R. et al. 2006. “Resgate de arroz vermelho (*Oryza sativa L.*) nos Estados da Paraíba e Ceará.” In: *Embrapa Arroz e Feijão-Artigo em anais de congresso (ALICE)*. Brasília, DF. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão.
- GAN, Elane.; TSING, Anna. 2018. “How things hold: a diagram of coordination in a Satoyama forest.” *Social Analysis*, Vol. 62 (4), winter, pp. 102–145.

- GARCIA JR, Afrânio. 1989. *Sul, O caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação.*
- HARAWAY, Donna. 2016. “Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes.” *ClimaCom Cultura Científica-pesquisa*, jornalismo e arte I.
- HEREDIA, Beatriz M. Alasia de 1979. *A morada da vida.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- INGOLD, Tim. 2019. *Antropologia: Para que serve?.* Editora Vozes.
- MALVEZZI, Roberto. 2007. *Semi-árido: uma visão holística.* Brasília: Confea, 140p.
- MARQUES, Ana Claudia. 2014. Considerações familiares ou sobre os frutos do pomar e da caatinga. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, p. 119-129.
- NOTÍCIAS DO CAMPO. 2014. *Arroz-vermelho: o arroz do sertão.* online. Disponível em (<https://noticiasdocampostr.blogspot.com/2014/01/arroz-vermelho-o-arroz-do-sertao.html>; Acesso em: 17/01/2019).
- OLIVEIRA, Joana Cabral de. 2019. “A sedução das mandiocas”. IN: *O uso de plantas psicoativas nas Américas.* organização [de] Beatriz Caiuby Labate , Sandra Lucia Goulart. – Rio de Janeiro: Gramma/NEIP,
- PENNESI, Karen; SOUZA, Carla Renata Braga de. 2012. “O encontro anual dos profetas da chuva em Quixadá, Ceará: a circulação de discursos na invenção de uma tradição.” *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 38, p. 159-186.
- PEREIRA, José Almeida e MORAIS, Orlando Peixoto. 2014. *As variedades de arroz vermelho brasileiras.* Teresina: Embrapa Meio-Norte.
- QUEIROZ, Rachel de. 1981 [1930]. *O Quinze.* Livraria José Olympio Editora S.A. 27 ed. Rio de Janeiro.
- ROSE, Deborah Bird. 2011. *Wild dog dreaming: love and extinction.* University of Virginia Press.
- ROSE, Deborah Bird. 2017. Shimmer: When all you love is being trashed. In: *Arts of living on a damaged planet.* University of Minnesota Press. pp. G51–61
- SHIVA. Vandana. 2003. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.* Tradução: Daniel de Abreu Azevedo – São Paulo: Gaia.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. 2003. “Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido.” *Sociedade e Estado*, [S.l.], v. 18, n. 1-2, p. 361-385.

SCOTT, James C. 2017. *Against the grain: a deep history of the earliest states*. New Haven: Yale University Press.

TADDEI, Renzo. 2019. *Meteorologistas e profetas da chuva: conhecimentos, práticas e políticas da atmosfera*. Editora Terceiro Nome.

TEIXEIRA, Jorge Luan. 2019. *Caçando na mata branca: Conhecimento, movimento e ética no Sertão Cearense* 458 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TSING, Anna Lowenhaupt. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília, DF: IEB Mil Folhas.

WILLEMS, Emílio. 1961. *Uma vila brasileira. Tradição e transição*. Difusão Européia do Livro: São Paulo.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. 1997. O trabalho da terra, A lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília, Editora da Unb.

VIRGÍLIO, Nathan. 2018. *Pensa que é só dar o de-comer? Criando e Pelejando com parente e bicho bruto na comunidade de Góis-CE*. Dissertação (Mestrado) - UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, Rio de Janeiro.